



de rendas e aposentadorias.” Afirma-se ainda no referido artigo que não basta realizar programas voltados apenas aos pobres e miseráveis, como fazem algumas instituições locais, nacionais e internacionais, como o Banco Mundial, “mas é preciso, mais que isso, envolver os ricos em uma grande operação de distribuição de rendas¹⁰. E é aqui que o cristianismo tem em suas mãos o poder de dar uma contribuição decisiva para mudar não só as nossas cidades mas grande parte do mundo. Se todas as igrejas e comunidades cristãs mobilizassem de fato suas energias para mudar essas situações, seguramente nosso mundo seria um lugar muito melhor para viver. Só não fazemos e não mudamos o que não queremos. Ou o que por medo do conflito ou de perder determinados confortos trazidos pela acomodação, não queremos arriscar.

Mas, à luz dos evangelhos, o que temos de nos perguntar é se os rituais e cultos cristãos que se realizam em uma sociedade iníqua como a nossa, como se tal situação não tivesse nada a ver com o cristianismo, não nos condenam. Podem eles ser considerados cristãos? Guardariam alguma vinculação com a propostas de Jesus? Seriam por Ele reconhecidos com práticas feitas em seu seguimento ou como traições à sua memória? Não seria isso “comer do pão e beber do cálice do Senhor indignamente”, o que nos tornaria réus “do corpo e do sangue do Senhor”? ... “pois aquele que come e bebe sem discernir o Corpo -isso é os demais membros da comunidade, principalmente os mais necessitados- come e bebe a sua própria condenação. Eis porque há entre vós tantos débeis e enfermos, e muitos já morreram.” 1Cor 11,28-30. Creio que nessa situação seria muito salutar reler esse texto, que vem logo após as palavras da instituição da eucaristia.

Que Deus nos dê coragem para enfrentarmos não somente os desafios da miséria, da injustiça e da fome, mas também de buscarmos a evangelização que recoloca nossas igrejas no caminho da fidelidade ao evangelho de Jesus Cristo, que nos ajude a reencontrar a espiritualidade do Deus da vida.

Endereço do autor:

Servidão Lucas Vidal Cardoso, 88
Córrego Grande
88037-400 - Florianópolis - SC
luizdietrich@ig.com.br

¹⁰ Citado em *Democracia em perigo*, CEPAT Informa, número 108, de abril de 2004, p. 33 e 35. Excelente publicação informativa e formativa mensal do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores-CEPAT, de Curitiba-PR.



O autor começa expondo, com dados estatísticos, a situação do nosso Estado. Lembra que, apesar de Santa Catarina ser o 6º Estado mais rico da federação, 12% da população catarinense encontra-se em situação de indigência, não podendo garantir a própria alimentação. A seguir, explica o conceito de “Segurança Alimentar e Nutricional” (SAN) e a evolução desse conceito. Comenta, igualmente o Programa “Fome Zero”, tanto em sua dimensão nacional como em sua incidência em nosso Estado. E termina falando das “políticas estruturantes” que nascem “do novo paradigma de participação e cidadania”, que vencerão a fome e a pobreza endêmicas no Brasil e, mais localmente, aqui em Santa Catarina.

O Mapa da Fome em Santa Catarina e as políticas de Segurança Alimentar e Nutricional

As parcerias entre governos e sociedade civil organizada para o combate à fome

*Círio Vandresen**

* O Autor é mestrando em agroecossistemas pela UFSC e padre da diocese de Tubarão.



“A solução do problema da fome, que nasce de uma ordem econômica baseada no lucro e no egoísmo, também se enraíza na solidariedade que assegura a partilha”, disse Dom Luciano Mendes de Almeida, secretário geral da CNBB, na Campanha da Fraternidade de 1985, cujo tema era “Pão Para Quem Tem Fome”.

Santa Catarina é o 6º estado mais rico da federação e o 5º maior exportador, possuindo o 4º IDH, Índice de Desenvolvimento Humano, mais alto do país, segundo critérios internacionais que colocam o Estado na faixa de alto desenvolvimento humano, isto segundo dados do Ministério das Cidades.

Paradoxalmente, 12,4% da população situa-se na faixa dos que não podem garantir sua própria alimentação, o que representa mais de 665 mil catarinenses com fome ou em situação de vulnerabilidade alimentar. Desagregando esta informação, o índice aponta mais fome no meio urbano, onde quase 450 mil pessoas não têm renda suficiente para garantir alimentação básica todos os dias. No meio rural, a fome assola 19,7% da população.

Ainda segundo dados do Diagnóstico da Exclusão Social em Santa Catarina – Mapa da Fome, de julho de 2003, realizado pelo Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina, a pedido da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Urbano e do Meio Ambiente, 32,7% da população ou seja, 1,750 milhão de pessoas situam-se na faixa da pobreza, o que vem a ser uma das causas da carência alimentar crônica no Estado.

Em Santa Catarina, 7,4% da população sobrevive com até ½ salário mínimo, sendo que o percentual de indigentes - aqueles que estão abaixo da linha da pobreza -, varia de 4,5% a 26,8%, de acordo com a região que analisamos. No Brasil, o percentual dos que sobrevivem com até ½ salário mínimo chega a 20% da população. O documento, que traça uma radiografia da fome e da conseqüente exclusão social no Estado, pretende ser um aliado no mutirão nacional pela erradicação da fome e da miséria, desnudando as mazelas catarinenses e contribuindo com dados que possibilitem a implantação de novos programas, projetos e serviços prioritários.

Somado a este quadro, Santa Catarina tem percentual de 9,6% de cobertura de esgoto para a população urbana, índice equivalente ao de estados nordestinos muito pobres, como o Piauí, e cobertura do sistema de água tratada de 93,4% para a população urbana. Sabemos ainda que



cerca de 400 mil catarinenses que moram em áreas com características urbanas não foram contemplados nesta estatística.

Com relação ao destino dos resíduos que produz, Santa Catarina, através do Ministério Público Estadual, implementou em 2001, o Programa Lixo Nosso de Cada Dia, que prevê adequar a destinação do lixo urbano pelos termos de ajuste de conduta com as administrações municipais. No início, o programa apontou 87,4% dos 293 municípios catarinenses aquém dos padrões mínimos de proteção ao meio ambiente e ao bem-estar público, contra apenas 12,7%, isto é, 37 administrações municipais que destinavam corretamente o lixo, reduzindo os riscos de contaminação do meio ambiente e, principalmente, dos lençóis freáticos. Hoje, este índice se inverteu, demonstrando a eficiência da fiscalização e da adoção de uma política para os resíduos sólidos na promoção da saúde da população urbana e também rural.

Santa Catarina – População, renda per capita mensal, pessoas e famílias com renda insuficiente, pessoas pobres, segundo a localidade - 2000

	Nº. Pessoas	Renda per capita mensal	Pessoas com renda insuficiente	Famílias com renda insuficiente
SC	5.356.360	R\$ 349,32	1.752.908 (32,7%)	159.801 (10,7%)
Rural	1.138.416	R\$ 206,58	510.951 (44,9%)	50.606 (17,1%)
Urbano	4.217.944	R\$ 386,21	1.241.957 (29,4%)	109.195 (9,1%)

Mapa da fome - Julho 2003.

O que é SAN ?

Somente a partir da década de 80 as políticas públicas passam a se preocupar com a questão da redução da miséria e da fome mundiais. Em clima de abertura política, redemocratização e pluripartidarismo, o Brasil inicia a discussão e a elaboração de uma proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), através do Ministério da Agricultura. De acordo com os critérios definidos pela Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde, em conjunto com o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), Segurança Alimentar e Nutricional significa, basicamente:



- Acesso permanente a alimento suficiente e de qualidade adequada.

Geralmente, se associa a SAN à fome, mas há outros problemas:

- Doenças causadas por alimentos – diarreia, contaminação por agrotóxicos, presença de hormônios ou composição inadequada;
- Doenças associadas a hábitos alimentares inadequados, como a obesidade, sobrepeso, diabetes, pressão alta, doenças cardíacas e câncer.

Evolução do conceito de SAN (Segurança Alimentar e Nutricional)

Em plena ditadura militar (1964), o então embaixador do Brasil junto à ONU, Josué de Castro, teve seus direitos políticos cassados e se exilou na França. Entretanto, seu legado para a nação dá frutos até hoje, pela discussão do problema da fome no Brasil. Foi contra ela que Josué travou um grande combate, o maior de toda a sua vida. Em 46, publicou a primeira edição da *Geografia da Fome* inaugurando a discussão sobre as verdadeiras causas do subdesenvolvimento, da pobreza e da miséria. A obra foi seguida da *Geopolítica da Fome*, onde ele mapeia e aprofunda seus estudos, esboçando uma preocupação que, infelizmente, hoje ainda é fator determinante da miséria no mundo todo: a fome e a exclusão social.

Com o fim da 1ª Guerra Mundial, o início de uma política desenvolvimentista promoveu a industrialização dos países e com ela, a idéia de que os recursos naturais seriam inesgotáveis. Nesse momento, o conceito de Segurança Alimentar estava intimamente ligado à capacidade de cada país produzir seu próprio alimento, suprimindo as necessidades básicas de suas populações e ficando, assim, livre dos boicotes e embargos comerciais. Sabemos que esta política chegou ao ápice na 2ª Guerra, gerando, depois de 45, a Guerra Fria e o recrudescimento das diferenças entre os blocos Norte e Sul, entre países ricos, e países em desenvolvimento e/ou pobres.

Na década de 70, a crise do petróleo e a escassez mundial de alimentos gerou a síndrome do armazenamento. Mais uma vez, a política estava centrada no produto e não em quem iria consumi-lo - o ser humano.

Na década de 80, a fome e a desnutrição são decorrentes mais do problema de acesso do que da produção. Em 1986, na 1ª Conferência Nacional de Alimentos e Nutrição, amadurece o conceito de Segurança



Alimentar, incorporando a idéia de que a alimentação constitui um princípio básico dos direitos humanos. A partir daí, são agregados os níveis de produção agrícola, abastecimento de alimentos, carências nutricionais e qualidade dos alimentos. Também é criado o Conselho Nacional de Alimentos e Nutrição (Consea). Paralelamente, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) lançava, um ano antes, em sua 11ª edição, a Campanha da Fraternidade “Pão Para Quem Tem Fome”.

Em 84/85, os Bispos do Brasil criam o projeto de interajuda, que estabeleceu a colaboração entre as igrejas locais do país para com as chamadas dioceses-irmãs, isto é, aquelas situadas em regiões vítimas da seca. O projeto resulta em ações concretas e de grande capilaridade no país, como a construção de açudes e abertura de poços no semi-árido, irrigação da terra, compra de sementes, alimentos e remédios.

Extremamente politizada e oriunda das discussões promovidas pelos movimentos como a Pastoral da Terra, com enorme potencial de mobilização social, a Campanha da Fraternidade (CF) de 1985 contribuiu para mobilizar, refletir e agir em torno do “problema da fome que, é, ao mesmo tempo, causa e efeito da injustiça, desemprego, doença, violência e não-vida”, segundo o texto divulgado pela CNBB naquele ano.

No início dos anos 90, a *Food and Agriculture Organization of The United Nations* (FAO) dá ênfase aos aspectos nutricional e sanitário, incorporando os seguintes critérios:

- Alimento e segurança: não contaminação biológica ou química;
- Qualidade do alimento: nutricional, biológica, sanitária e tecnológica;
- Balanceamento da dieta, informação e opções culturais.

O Brasil assimila estes critérios e dá rumo próprio à discussão da SAN. Em parceria com a sociedade civil, elabora o Plano Nacional de Combate à Fome e à Miséria e, liderado pelo Betinho, cria o Movimento pela Ética na Política (impeachment do então presidente da República Fernando Collor de Mello). Nos anos seguintes, formam-se milhares de Comitês de Solidariedade, impulsionando e sustentando o Programa de Combate à Fome e à Miséria do governo Itamar Franco. É criado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), instância que contribuiu para colocar a fome na pauta da agenda nacional, ajudando a ampliar, por outro lado, a mobilização da sociedade diante da gestão do patrimônio público.



O governo de FHC extingue o Consea e transfere as atividades de combate à fome e à miséria para o Projeto Alvorada. Nesse momento, o PT e outros partidos políticos exercem o que chamamos de “governo paralelo”, apoiando a mobilização da sociedade que já formaliza sua participação no processo de formulação das políticas públicas. A partir da 1ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar (CNSA) e com o envolvimento da sociedade civil organizada, partidos políticos, ONG’s e profissionais da saúde, adota-se o conceito de SAN que passa a ser adotado pela Cúpula Mundial. O Ministério da Saúde aprova a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) e o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN), em parceria com os governos estaduais, enfoca políticas locais de combate à miséria e exclusão, como o bolsa-alimentação, auxílio-gás, pró-emprego e renda, agricultura familiar, cozinha comunitária, campanha do agasalho e sopão.

“A SAN consiste em garantir a todos condições de acesso a alimentos de qualidade em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo assim para uma existência digna.” (FBSAN -1996)

Programa Fome Zero

Assim, o Programa Fome Zero é o resultado de uma construção social e histórica onde governos locais e sociedade civil organizada estão exercendo sua cidadania, isto é, participando e desempenhando seu papel dentro de uma dinâmica democrática e participativa. O Programa se traduz por um conjunto de ações que estão sendo implementadas pelo governo federal para promover a SAN a todos os brasileiros, atacando as causas estruturais da pobreza. Alicerçado em três eixos – políticas públicas, construção participativa de uma política de SAN através do Consea e mutirão emergencial contra a fome -, o Fome Zero visa implantar ações estruturais, específicas e locais.

Como o Programa pretende ampliar o efetivo acesso à alimentação? Primeiro, o mutirão contra a fome já está em curso numa iniciativa inédita que reuniu vários setores da sociedade, conscientes de que aqueles que sofrem deste mal não podem esperar pelas mudanças estruturais que, gradativamente, estão sendo postas em prática.

Dados mais recentes dão conta de que mais de 1.277 municípios já estão sendo atendidos e foram criados 1.298 Comitês Gestores do Fome



Zero. São mais de 5,5 milhões de brasileiros beneficiados. Ações dirigidas e de promoção da sustentabilidade, aí entendida a alimentação e a saúde, também beneficiaram populações isoladas e esquecidas como os quilombolas e os indígenas.

Em Santa Catarina, o problema da fome e da pobreza também está sendo atacado com iniciativas estruturais pioneiras como o apoio a 29 cozinhas comunitárias já instaladas pelo Projeto Ambial. Em Joinville, as cozinhas comunitárias também estão sendo implantadas numa parceria com a Fundação Pauli-Madi.

No município de Chapecó (administração Pedro Uczai), a Cesta Básica Emergencial atendeu, em 2002, 3.294 famílias em situação de risco nutricional, tendo também identificado através do Sistema de Vigilância Nutricional (SISVAN) e atendido 9 mil crianças e 3.400 gestantes desnutridas ou abaixo do peso, nesse mesmo ano. Esses esforços da sociedade civil, em parceria com um governo comprometido com a Cidadania, muitas vezes emperram na histórica política dos favores e apadrinhamentos. Nas estatísticas do Fome Zero, de 30 a 40% dos cadastros são de pessoas que não precisam mas, no entanto, foram apadrinhadas por governos locais para receberem o repasse do governo federal. Para tentar criar um sistema de acompanhamento monitorado pela própria sociedade, com transparência e responsabilização pela ações, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Caixa Econômica Federal já estão disponibilizando um sistema que permite a qualquer brasileiro com acesso à internet conhecer quais são as famílias, em cada um dos municípios, que recebem os benefícios do Bolsa Família, cujo valor médio é de R\$ 73,00. Somente nos meses de março e abril, foram incluídas mais 153 mil famílias e a estimativa deve ultrapassar um total de 4 milhões de famílias até o final de julho.

Outras ações em nível nacional estão sendo empreendidas com o objetivo de assegurar amplamente o direito básico à alimentação, como, por exemplo, o acesso à terra e condições para a produção, apoio financeiro e técnico à agricultura familiar, garantia de renda mínima para assegurar a alimentação, através do Programa Cartão Alimentação apoiado por políticas de permanência e capacitação das pessoas beneficiadas.

A sustentabilidade da agricultura familiar é outro foco do Programa, que tem gerenciado localmente a compra e reposição de alimentos de garantida qualidade sanitária, biológica, nutricional e tecnológica para a população em situação de vulnerabilidade nutricional e também para os



programas sociais. Nos primeiros quatro meses do ano, o governo federal destinou R\$ 75 milhões para o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, voltado para pequenos e médios agricultores. O orçamento para 2004 é de R\$ 140 milhões, beneficiando 110 mil agricultores familiares pela compra da safra de verão e financiamento do plantio de inverno. O governo federal adquire até R\$2,5 mil por produtor/ano para a recomposição dos estoques estratégicos para situações de emergência.

Acreditamos que a idéia do Banco de Alimentos, que já está implantada em alguns municípios na forma de iniciativa pública ou privada, equaliza a questão do desperdício descontrolado de alimentos no país. Nele, os produtos não comercializados, porque já apresentam prazo de validade próximo do vencimento – sem comprometimento da qualidade – são imediatamente reembalados e distribuídos a entidades assistenciais e, em alguns casos, a pessoas em situação de pobreza extrema.

Ações de reforço da merenda escolar também estão sendo empreendidas, com ampliação do valor repassado por aluno/dia, de R\$ 0,06 para R\$ 0,13. (Ensino Fundamental). Na pré-escola, o MESA passou a atender com recursos da ordem de R\$ 40 milhões para a merenda de crianças de 0 a 6 anos.

Políticas estruturantes – Governo e Sociedade

Da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em março deste ano, emergiram diretrizes e propostas de ações prioritárias que concretizam a parceria e a discussão entre gestores, representantes da sociedade civil organizada e setor privado. Uma das mais emergenciais, em virtude do caráter de Estado (SC) com características de pequena propriedade de agricultura familiar é a identificação das pequenas propriedades, conhecendo o tipo de produção pelo poder local e a disponibilização de crédito e apoio técnico (órgão local qualificado) ao produtor rural.

Estimular o cooperativismo, o associativismo e pequenos comércios locais também surgiu como proposta de ação no campo, onde, como vimos, a situação de exclusão social é mais grave. No meio urbano, a política de fomento aos micro e pequenos negócios através da concessão do microcrédito já está vingando, promovendo a geração de emprego e renda localmente.



Das propostas voltadas ao Meio Ambiente, diretamente ligado à qualidade de vida da população e à produção de alimentos saudáveis e em quantidade suficiente, a Conferência sugeriu o uso sustentável dos recursos naturais, incorporando a importância da recuperação e preservação da biodiversidade e a criação de uma Política Ambiental para Santa Catarina.

Tais ações e outras que nascerão do novo paradigma de Participação e Cidadania, pressupondo o envolvimento de todos os setores da sociedade, são o exemplo de que podemos vencer a fome e a pobreza endêmica no Brasil e, mais localmente, aqui em Santa Catarina, promovendo a SAN e mudando a realidade dos catarinenses socialmente excluídos. Tarefa árdua para braços e mentes que refletem um novo olhar político-social e um amadurecimento tecido nas lutas cotidianas pelo combate à fome e à miséria.

“Enquanto 2/3 da população do planeta não dorme porque está com fome, 1/3 dela não dorme por medo dos que têm fome”.

Josué de Castro

Referências Bibliográficas:

Borchardt, Ilmar. *Diagnóstico da exclusão social em Santa Catarina: Mapa da Fome*. Florianópolis: SDS/Instituto Cepa/SC, 2003.

CNBB. *Textos da CF, Regional Sul IV SC*. Escolas Profissionais Salesianas, São Paulo, SP.

Betto, Frei. *Mobilização e Educação Cidadã “Vamos lá fazer o que será”*. Apostila produzida em parceria com o Banco do Brasil para o Programa Fome Zero.

Betto, Frei. *Cartilha Popular da mobilização social: vamos todos combater a fome: mutirão contra a fome*. São Paulo: Globo: Maurício de Sousa Editora, 2003.

Informativo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, edição maio/2004.



Relatório das Conferências Estaduais sobre Segurança Alimentar e Nutricional promovidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

2ª versão do relatório final da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Endereço do Autor:

Rua Pedro André Hermes, 461
Apto. 01 – Roçado
88110-660 – São José – SC



Este é o relato de um programa concebido em Lages-SC, numa parceria da sociedade civil com a prefeitura municipal, visando superar o problema da fome que afeta mais de 20.000 pessoas. O programa está funcionando desde abril de 2003 e prima por sua simplicidade, revelando-se um caminho viável, especialmente porque vai envolvendo instituições e pessoas de boa vontade, acima de qualquer conotação partidária ou religiosa. Os autores fazem parte da equipe de coordenação do programa.

Programa Lages 100 Fome Pelo direito à comida no Município de Lages

*Celso Loraschi
e Mércia Dognani Israel*